

1. Informações Gerais

Data: 12/06/2025

Horário: 14h00

Local: híbrido- presencial/teams – sala F301

Participantes/Representantes:

- Dr. Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz – Secretária-Geral;
- Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto – Assessora-chefe do gabinete da Presidência;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão estratégica - DGE;
- Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Marina Brazil Bonani – Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais;
- Renata Chiarinelli Laurino – Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Rodrigo Almeida de Carvalho Coordenador de Apoio à Governança de TIC;
- Giselly Siqueira – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Wernne Pereira e Silva – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Caio Henrique Faustino – Assessor da Corregedoria Nacional de Justiça-CNJ;
- Ronaldo Alves da Silva – Representante do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Amanda Côrtes Gomes – Coordenadora de Gestão do Sistema de Auditoria Interna
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Saulo Augusto Félix de Araújo Serpa – representante da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.
- Daniel Gerheim Souza Dias - Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.

Facilitadores

- Dr Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência.

Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Valéria Sousa de Freitas – Técnica Judiciária;
- Francisca Eduarda Dantas S. Rodrigues - estagiária.

Plataforma Teams:

Daniele Smidt Frischknecht;
Douglas Gomes Oliveira Isadora Teixeira Vergara Menin Netto;
Carlos Inácio De Souza;
Gleiciene De Sousa Lima;
Rodrigo Miguel Sousa;
Raphael Laurindo Bonini;
Aline Maria De Castro Silva Rossi;
Marcos Vinícius Silva Campos;
Anali Cristino Figueiredo;
Mariana Bandeira Ansani Yamanaka;
Júlia Aguiar Coutinho Benedetti;
Juli Alves Silva;
João Marcelo Esteves Lima;
Ana Gabriela Guerreiro Viola Da Silveira Leite;
Johana Thaise Alencar Pedrosa;
Jeane Dias Pinheiro;
Antonio Ferreira De Melo Filho;
Igor Caires Machado;
Juliana Almeida Costa Cronemberger;
Renata Maroja Stochiero;
Michel De Siqueira Campos;
Aline Ribeiro De Mendonça.

Usuários não verificado pela plataforma Teams:

F301_AV (Não verificado);
Mariana (Não verificado);
Fernanda Fleury (Não verificado);
Thays Rosário (Não verificado);
Mariana (Não verificado);
Jeane (Não verificado).

1. Abertura

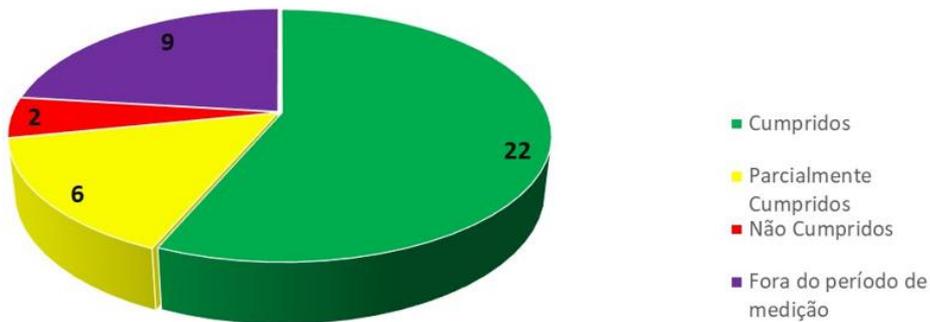
A reunião foi iniciada pela Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz, Secretária-Geral, que agradeceu o suporte de todos e ressaltou a singularidade do órgão. Em seguida, o Dr. Gabriel da Silveira Matos, Secretário de Estratégia e Projetos-SEP, apresentou o objetivo da reunião: avaliar o desempenho da estratégia institucional no período de janeiro a abril. Ressaltou, ainda, que esta é a última Reunião de Análise da Estratégia da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do CNJ, e enfatizou conquistas relevantes da gestão atual, como a aquisição da sede e a realização do concurso. Para a sociedade e para o Poder Judiciário, destacou a realização do Exame Nacional da Magistratura, redução do Acervo Nacional de Execuções Fiscais, Justiça 4.0, entrega do Portal Único de Serviços do Poder Judiciário, Programa de bolsas para candidatos negros e Pacto Nacional do Judiciário pela linguagem simples. Em ato contínuo, apresentou os resultados parciais dos objetivos estratégicos: 11 com indicativo de boa execução, 6 com indicativo de atenção e 1 ainda não mensurado. Na sequência, passou a palavra para o Dr. Fábio César dos Santos Oliviera, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do DGE, que agradeceu a todos, com destaque à Direção Superior do CNJ. Citou, também, a singularidade do órgão na construção da cidadania e na defesa de direitos. Na sequência, reforçou que a reunião representa um momento de encontro e diálogo cooperativo. Ato contínuo, Dr. Gabriel convidou a Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto – Assessora-chefe do gabinete da Presidência - para sua fala. Ela agradeceu a todos e destacou que as conquistas da gestão atual só foram possíveis graças ao empenho coletivo. Informou que o Ministro Barroso tinha uma grande preocupação com as políticas judiciárias e em dar autonomia ao CNJ. Logo após, o Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral, fez uso da palavra, enfatizando que esta é a primeira reunião após a entrada dos novos servidores. Ressaltou, no entanto, que não haverá expansão no orçamento para as despesas discricionárias, levando ao aumento da produtividade ou a escolhas seletivas de realização de ações. Encerrou agradecendo a todos. Por fim, a palavra foi concedida ao Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ – DIGE.

2. Resultados Consolidados

Adilson Medeiros da Silva, apresentou o panorama geral dos resultados.

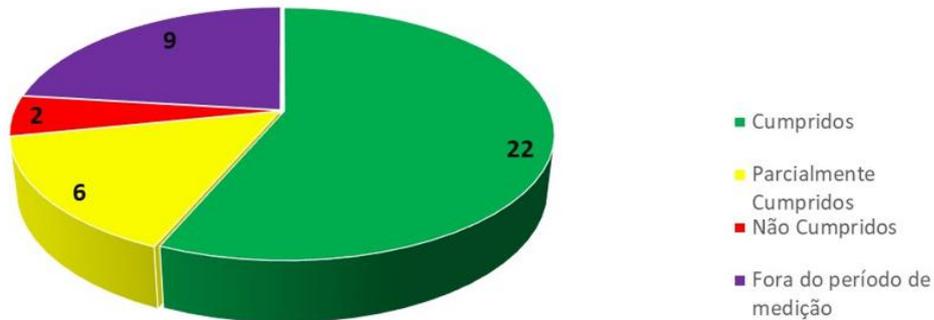


Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Abril 2025



Total: 39

Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Abril 2025

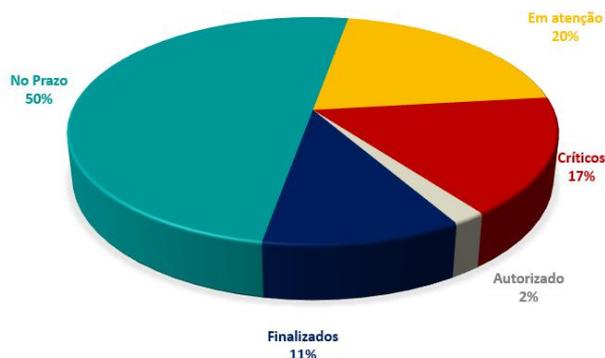


Total: 39

3. Apresentações das Unidades

3.1 Escritório Corporativo de Projetos – ECP

Cristina de Oliveira Winckler, Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP, lembrou o que é um projeto institucional e quais são as suas características. Na sequência, apresentou o Panorama do 1º Quadrimestre de 2025 e esclareceu que alguns projetos são reavaliados e têm seus prazos de finalização readequados. Ressaltou, ainda, que essa informação necessita ser encaminhada ao setor para que os projetos não fiquem em atraso. Ato contínuo, destacou 5 projetos em curso e apresentou, também, os projetos finalizados no período de janeiro a abril. Salientou, por fim, que a metodologia e os modelos adotados pelo ECP estão disponíveis na intranet.



Finalizados	6
No Prazo	27
Em atenção	11
Crítico	9
Autorizado	1



Consulta Nacional Unificada (FAC Nacional)

Unidade Patrocinadora: SEP

Unidade Executora: DTI

Previsão de Término: Setembro/2025

Objeto: Desenvolver serviço estruturante de **busca nacional** de pessoas para o Portal de Serviços, o qual possibilitará a **identificação** de todos os **processos judiciais**, bem como informações constantes nas bases de dados da **Polícia Federal**, a partir da inserção de dados pessoais como **cpf**, nome da mãe, número da OAB, dentre outros.

Benefício Esperado:

Disponibilização dos dados sobre antecedentes criminais de todos os tribunais e da polícia federal em um único local.

Entregas:

- Integração SEEU e Codex ao [Datalake](#)
- API de consulta aos dados integrados
- Tratamento de dados

Em Desenvolvimento:

- Integração dados Polícia Federal
- Construção das telas de consulta à API
- Folha de Antecedentes Criminais

Gab. Cons. Daiane Nogueira Lira
FONAJUS

Previsão de Término: Dezembro/2025

Objeto: Percorrer todos os estados do Brasil com o propósito de **promover diálogos, cooperação institucional e capacitação**, com o objetivo principal de **implementar**, em conjunto com os Comitês Estaduais de Saúde, a **Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde**, aprovada pela Resolução CNJ n. 530, de 10 de novembro de 2023, que define diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do FONAJUS e seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029).

Benefício Esperado:

Suporte à implementação da Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde.

Ampliação de atividades:

visitas sociais;

visitas a projetos laureados com o Prêmio Justiça e Saúde.

Entregas:

SP: 110 pessoas capacitadas no seminário e 54 nas oficinas;

PE: 98 pessoas capacitadas no seminário e 20 nas oficinas;

RJ: 360 pessoas capacitadas no seminário;

MS: 95 pessoas capacitadas no seminário e 35 nas oficinas;

BA: 159 pessoas capacitadas no seminário e 25 nas oficinas.

Próximos passos:

Maior/2025: TJAP

Junho: TJMG

Planejamento para estados restantes

Unidade Patrocinadora: SEP Unidade Executora: PNUD /DTI

Previsão de Término: Dezembro/2025

Objeto: Implementação do SisPreg, solução nacional para a expedição de ofícios requisitórios, gestão de fila e pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios, com arquitetura baseada em microsserviços, aderente à Plataforma Digital do Poder Judiciário Nacional (PDPI-Br)

Benefícios Esperado:

Controle e padronização dos processos de Precatórios e RPVs pelos Tribunais (Estruturante);

Geração de informações relevantes para subsidiar tomada de decisão, otimizando recursos públicos (Estruturante)

Aumento de velocidade e eficiência no pagamento de precatórios e RPVs

Entregas - Módulos:

- Cadastro de Precatórios e RPVs;
- Gestão de Devedores e Legislação de Pequeno Valor;
- Saldos, Correções Monetárias e Juros;
- Prioridades, Consultas (estado do precatório/RPV) e Lista de ordem cronológica;
- Gestão e Acompanhamento do Regime Especial;
- Pagamento e Gestão de Contas Bancárias;
- Acordo, Negociação, Convênios e Cronograma;
- Certidões (cessão, negociação, valor líquido disponível, positiva de inadimplência, quitação...);
- Auditoria, Inspeção e Correção;

Em Desenvolvimento:

- Módulo de Retenção, Penhora, Cessão e Sequestro;
- Módulo de Mapas, Relatórios e Transparência;
- Implantação do sistema

Unidade Patrocinadora: SEP Unidade Executora: PNUD /DTI

Previsão de Término: Dezembro/2025

Objeto: Implementação do SisPreg, solução nacional para a expedição de ofícios requisitórios, gestão de fila e pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios, com arquitetura baseada em microsserviços, aderente à Plataforma Digital do Poder Judiciário Nacional (PDPJ-Br)

Benefícios Esperado:

Controle e padronização dos processos de Precatórios e RPVs pelos Tribunais (Estruturante);
Geração de informações relevantes para subsidiar tomada de decisão, otimizando recursos públicos (Estruturante)
Aumento de velocidade e eficiência no pagamento de precatórios e RPVs

Entregas - Módulos:

- Cadastro de Precatórios e RPVs;
- Gestão de Devedores e Legislação de Pequeno Valor;
- Saldos, Correções Monetárias e Juros;
- Prioridades, Consultas (estado do precatório/RPV) e Lista de ordem cronológica;
- Gestão e Acompanhamento do Regime Especial;
- Pagamento e Gestão de Contas Bancárias;
- Acordo, Negociação, Convênios e Cronograma;
- Certidões (cessão, negociação, valor líquido disponível, positiva de inadimplência, quitação...);
- Auditoria, Inspeção e Correição;

Em Desenvolvimento:

- Módulo de Retenção, Penhora, Cessão e Sequestro;
- Módulo de Mapas, Relatórios e Transparência;
- Implantação do sistema



Unidade Patrocinadora: SEP Unidade Executora: PNUD /DPJ

Previsão de Término: Dezembro/2025

Objeto: Produzir um novo painel digital, denominado "Painel dos Grandes Litigantes", que contenha os maiores litigantes do judiciário, para ser disponibilizado aos Magistrados Servidores, Pesquisadores, Estudantes e Comunidade como um todo.

Benefícios Esperados:

- **Disponibilização de dados saneados e padronizados acerca dos maiores litigantes do país, de maneira rápida, estruturada e transparente.**
- **Fomento ao debate sobre soluções para redução da litigância**





Unidade Patrocinadora: DMF
Unidade Executora : PNUD



Previsão de Término: Dezembro/2025

7 projetos em execução:

- Inspeção Judicial
- Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos
- Central de regulação de vagas (sistema penal)
- Enfrentamento da tortura
- Ação de trabalho e renda (sistema penal)
- Adequação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Plano Nacional de Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal)

Em fase de planejamento e estruturação da documentação para o próximo ciclo do programa.



Projetos Finalizados



2025 IA para Gestão de Precedentes Qualificados – PJ4

SPVATJUD – PJ4

6ª Edição da Série Justiça em Números

Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal – 1ª Edição de 2024 – Humaitá e Lábrea/AM

Polícia Judicial Amiga dos Autistas

Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial – PJ4



PÁGINAS DAS UNIDADES

MENU

- Sobre o ECP
- Metodologia
- Publicações
- Portfólio de Projetos
- Painel

Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP

O Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP é unidade técnica vinculada ao Conselho Nacional de Justiça, vinculada ao Departamento de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica que tem entre suas atribuições: administrar, subsidiar a tomada de decisão, acompanhar os projetos institucionais estratégicos e oferecer suporte metodológico no gerenciamento de projetos.

[Conheça nosso Portfólio de Serviços, aqui.](#)

3.2 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, fez uma breve exposição sobre todos os indicadores, com ênfase no Indicador 7. Em seguida, esclareceu que, em 2021, a meta inicial desse indicador era alcançar 40% de saneamento e que, agora, já se atingiu 83,3% de realização, o que demonstra mais qualidade do dado nos tribunais. Mencionou, ainda, a criação de ferramentas para disponibilização pública dos dados à sociedade e informou que será lançado um novo modelo do DataJud contendo dados de raça/cor. No que diz respeito às pesquisas, salientou que foram lançados dois painéis novos: um sobre violência contra a mulher e um de ações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN. Noticiou a oferta de cursos de ciência de dados voltados ao aperfeiçoamento da análise de dados pelos tribunais. Citou os seminários temáticos para divulgar os resultados do Prêmio Memória e anunciou o fechamento do balanço socioambiental. Por fim, destacou a publicação da revista dos 20 anos do CNJ.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
4	Índice de realização de pesquisas e painéis	12,9%	28,6%	221,7%
7	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	85,0%	83,3%	98,0%
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	100,0%	100,0%	100,0%

3.3 Secretaria de Auditoria – SAU

Amanda Côrtes Gomes, Coordenadora de Gestão do Sistema de Auditoria Interna, destacou que, dos quatro indicadores da unidade, dois estão relacionados ao Programa de Qualidade da Auditoria. Explicou que esse programa estabelece padrões e expectativas que devem ser seguidos pelas unidades de auditoria interna, com base nas normas internacionais de auditoria. Em seguida, informou que os outros dois indicadores são relativos às ações coordenadas de auditoria realizadas com todos os órgãos do Poder Judiciário.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	90,0%	92,6%	102,9%
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	98,0%	98,0%	100,0%
25	Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria	90,0%	87,0%	96,7%

3.4 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC

Ronaldo Alves da Silva, representante da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos, salientou que a medição do Indicador 40, referente a este

período, diz respeito ao Prêmio Conciliar é Legal do ano anterior, cuja entrega já foi realizada em maio. Informou, ainda, que os preparativos para a próxima edição do prêmio já foram iniciados. Em seguida, destacou que a meta prevista para este período foi 100% cumprida.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
40	Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	21,6%	21,6%	100,0%

3.5 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Caio Henrique Faustino, Assessor da Corregedoria Nacional de Justiça-CN, apresentou brevemente as ações que compõem cada indicador, com ênfase no Indicador nº 11. Sobre esse indicador, ressaltou que seu objetivo é desenvolver sistemas capazes de coletar dados produzidos pelas corregedorias dos estados, especialmente no que se refere à produtividade dos tribunais. Ato contínuo, informou que todas as inspeções planejadas estão sendo realizadas. Destacou, ainda, uma ação que se desdobra tanto no Indicador 11 quanto no Indicador 12. Explicou que essa ação, iniciada na atual gestão do Ministro Corregedor, refere-se a inspeções no extrajudicial. Na sequência, abordou as ações vinculadas ao Indicador 13, ressaltando o desempenho acima do esperado. Por fim, mencionou que o setor está elaborando o provimento que irá normatizar o crédito de carbono no Brasil.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
2	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	100,0%	100,0%	100,0%
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	33,3%	20,0%	60,0%
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	100,0%	100,0%	100,0%
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	33,3%	69,7%	209,1%

3.6 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, explicou o desempenho do Indicador 1, ressaltando que era esperado um resultado abaixo do previsto, em razão do período de medição. Contudo, informou que estão sendo realizadas reuniões para viabilizar o alcance das metas nacionais. Ressaltou que as metas não processuais, como a meta 9, ainda não foram medidas. Em seguida, mencionou brevemente os Indicadores 21 e 26, destacando suas respectivas ações e o cumprimento das metas estabelecidas. Por fim, abordou o Indicador 27, explicando que as iniciativas que demandam aprimoramento foram encaminhadas à Comissão Gestora do PLS. Pediu, complementarmente, a participação de todos no questionário para revisão do planejamento para o período de 2027-2032. Em complemento à fala da Diretora, o Dr. Fábio César mencionou o Programa Justiça Carbono Zero e solicitou que todas as unidades contribuam com informações para que o inventário fique pronto até 31 julho deste ano.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
1	Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	75,0%	31,3%	41,7%
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	90,0%	88,8%	98,7%
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	3,4%	10,0%	294,1%
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	88,0%	75,0%	85,2%

3.7 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, citou o alcance das metas dos indicadores e informou sobre a ação “Escola Virtual da Justiça”, que será finalizada até o final da gestão. Esclareceu que houve uma mudança na forma de contratação dos instrutores dos

curso e pediu que os processos cheguem com antecedência de 45 dias na unidade. Anteriormente a contratação de servidores federais, estaduais, municipais, aposentados e demais, era por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e, agora, será feita por inexigibilidade de licitação, exceto para os servidores federais ativos, que continuam na modalidade antiga.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	5,0%	5,9%	118,0%
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	2,6%	11,2%	430,8%

3.8 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Giselly Siqueira, Secretária de Comunicação Social, falou sobre o indicador nº 30, esclarecendo que seu período de medição ocorre em outubro. Em relação ao indicador nº 28, a Secretária explicou que ele está passando por um processo de reavaliação e esclareceu a forma do cálculo das campanhas, pontuando que o alcance foi superior, mas engajamento e visualizações foram inferiores. Acrescentou, ainda, que a principal campanha da unidade, no momento, é a comemoração dos 20 anos do CNJ. Por fim, fez um pedido de reflexão às unidades quanto à quantidade de material a ser impresso e solicitou o planejamento das ações.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
28	Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade	100,0%	74,9%	74,9%
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.9 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral – DAGI

Saulo Augusto Félix de Araújo Serpa, representante da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral, explicou que o indicador nº 3 reflete a quantidade de ações em nível estratégico executadas pela unidade para o ano de 2025. Informou que foram estabelecidas 18 ações para o período, com a meta de alcançar 80% desse total. Em seguida, esclareceu que, até abril, a meta parcial era de 1/3 dos 80% (26,7%) e que foram atingidos 22,22%, com a execução de quatro das dezoito ações previstas. Informou que somente as ações concluídas são contabilizadas, não sendo consideradas aquelas ainda em andamento. Por fim, fez menção a 3 das 4 ações realizadas: alteração da Instrução Normativa de Teletrabalho; alteração da Portaria nº 89 da Presidência do CNJ e reajuste do valor mínimo para análise de riscos nas contratações. Destacou, ainda, algumas ações em andamento, como: Participação da DAGI em mais 10 órgãos colegiados dentro do CNJ nas variadas temáticas; coleta de ações de inovações para dentro da Diretoria Geral; apoio às unidades da Diretoria Geral e elaboração e atualização de normativos.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
3	Índice de execução do planejamento anual da DAGI	26,7%	22,2%	83,3%

3.10 Ouvidoria – OUV

Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria, fez uma breve menção aos dois indicadores da unidade, enfatizando a importância das respostas a serem dadas aos usuários em tempo satisfatório. Em seguida, explicou que o Indicador nº 9 teve uma relativa queda, sendo uma das principais causas, o acréscimo de 34% na demanda da unidade em relação ao ano passado. Salientou, também, que um ponto crítico deste indicador é a satisfação quanto ao desfecho dos processos. Explicou que há diversos fatores que geram insatisfação, embora muitos deles não possam ser resolvidos de forma imediata pela Ouvidoria. Apesar desse cenário, informou que a taxa de satisfação com o desfecho está em 52%, enquanto a insatisfação atinge 47,8%. Em seguida, mencionou que o índice de satisfação geral está em 66%,

considerando as avaliações entre “ótimo” e “bom”, enquanto a insatisfação, entre “ruim” e “péssimo”, é de 25%. Acrescentou informações sobre o GT para construção de parâmetros para desenvolvimento de um sistema nacional de ouvidorias e citou benchmarking e prospecção de boas práticas. Na continuidade, o Dr. Fábio César, questionou sobre uma possível hipótese para o aumento de 34% na insatisfação. Ronaldo respondeu que é difícil apontar uma causa precisa, considerando que o perfil dos usuários não sofreu alterações, nem as estatísticas. Acrescentou, no entanto, que uma possível hipótese poderia estar relacionada, em alguma medida, à adoção de políticas mais transversais no campo dos Direitos Humanos do CNJ, embora essa relação ainda não possa ser confirmada com certeza. Dr. Fábio César teceu comentários sobre a evolução dos julgamentos nos tribunais. Perguntou, ainda, sobre a comunicação aos tribunais sobre a demora de processos. Ronaldo explicou que está em andamento o mapeamento das comarcas com maior número de reclamações, com o objetivo de permitir uma atuação mais direcionada. Por fim, Dr. Fábio César questionou sobre o benchmarking de sistema e Ronaldo informou que são o TJDFT e a Justiça do Trabalho.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
8	Atendimento da Ouvidoria	93,0%	97,3%	104,6%
9	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	74,0%	65,8%	88,9%

3.11 Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF

Wernne Pereira e Silva, Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade, iniciou sua fala abordando o indicador nº 39, esclarecendo que ele se refere às atividades rotineiras do setor, como empenho, liquidação e pagamento. Em relação ao Indicador nº 38, acrescentou que, graças à captação de recursos adicionais, foi possível adquirir a sede atual do órgão e realizar aportes ao Programa do PNUD. Em seguida, enfatizou que não haverá expansão das despesas discricionárias. O Secretário informou, ainda, que haverá um aumento nas despesas obrigatórias a partir de 2026, em razão do ingresso de novos servidores e do compromisso assumido pelo Ministro Barroso junto ao sindicato dos servidores do Judiciário. Esse compromisso, que ainda

necessita de aprovação, inclui o pagamento do Adicional de Qualificação, o reajuste anual e a reestruturação da carreira.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
39	Execução das despesas primárias do CNJ	20,0%	23,9%	119,4%

3.12 Secretaria de Administração – SAD

Bruno Cesar de Oliveira Lopes, Secretário de Administração, em sua fala esclareceu que os dois indicadores do setor estão fora do período de medição. Em seguida, ressaltou que, entre as competências da unidade, está a gestão de parte significativa do orçamento do órgão. O Secretário de Administração ratificou o discurso do Diretor-Geral e do Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade sobre a necessidade de executar mais ações com menos recursos, complementando a sua fala com os dados orçamentários de todo o Poder Judiciário e ressaltando que o orçamento do CNJ é 0,49% do orçamento do PJU, mesmo o CNJ prestando serviços para outros órgãos do judiciário. Em sequência, o Dr. Fábio César questionou se haveria comprometimento de recursos destinados ao PNUD. Bruno respondeu que o setor faz a captação de sobras orçamentárias com outros tribunais para destinação ao PNUD. Dr. Johaness Eck fez uso da palavra, esclarecendo sobre a expectativa das captações nos anos seguintes.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.13 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias, Secretária de Gestão de Pessoas, iniciou a sua fala mencionando que a unidade possui 4 indicadores, sendo que 3 foram cumpridos, e que o Indicador nº 34 não foi atingido. Esclareceu que houve corte de 30% do orçamento de capacitação, no período de 2024 a 2025. Informou que esse fato repercutiu no planejamento das ações de capacitação. Luciana enfatizou a importância da capacitação para a estratégia, pedindo uma maior atenção quanto a destinação orçamentária para esta finalidade. Em sequência, noticiou que, no primeiro trimestre deste ano, a unidade concentrou os seus trabalhos no ingresso dos novos servidores: curso de formação, semana de ambientação. Por fim, pediu a cooperação dos gestores quanto a nova norma do estágio probatório, mencionou a proximidade da 3ª Pesquisa de Qualidade de Vida do Servidor e pediu colaboração para que as pessoas participem das ações de capacitação dos gestores.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	13,3%	19,5%	Cumprido
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	16,7%	5,0%	Não cumprido
35	Avaliação das capacitações realizadas	78,0%	96,0%	Cumprido
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	0,0%	0,0%	Cumprido

3.14 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

Daniel Gerheim Souza Dias, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, começou a sua fala explicando que o Indicador nº 37 mede a transparência ativa de todos os tribunais acerca de informações orçamentárias. Esclareceu, ainda, que, ao longo do ano, são exigidas publicações por meio de resoluções do CNJ e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Informou que a meta consiste na publicação de ao menos 30 das 32 exigidas pelas normas. Por fim, mencionou que o indicador tem tido um bom desempenho e reiterou os desafios enfrentados pelo orçamento, ressaltando a questão das despesas discricionárias e as diferenças com o Poder Executivo.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	96,0%	98,9%	103,0%

3.15 Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais – COPJ

Marina Brazil Bonani, Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais, informou que os indicadores do setor estão fora do período de medição. Em sequência, apresentou alguns dados relevantes para a unidade: 39 políticas programáticas estão registradas no painel; 21 políticas, das 39 registradas, estão disponíveis no portal com monitoramento e o aumento de 20 para 28 políticas com planejamento cadastrado nos sistemas eletrônicos. Acrescentou que alguns dos desafios enfrentados pela unidade, além do alcance da nova meta, são impulsionar a governança das políticas e tornar os processos mais transparentes, úteis e funcionais para o CNJ e a comunidade. Esclareceu que estão atuando mais próximos aos gabinetes e que o sistema de políticas judiciárias está apto ao preenchimento.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
5	Índice de monitoramento de políticas judiciárias nacionais programáticas	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
6	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais programáticas	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.16 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Renata Chiarinelli Laurino, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, iniciou a sua fala salientando que houve uma migração do monitoramento do Programa Fazendo Justiça, que anteriormente era medido pelo Indicador nº 14, para o ECP. Esclareceu que, a partir de agora, o Indicador nº 14 vai acompanhar o Plano Pena Justa, elaborado pelo CNJ em conjunto com a União. Salientou que este semestre é especialmente desafiador, porque a homologação foi

em dezembro e há 3 grandes frentes em andamento. Adicionou que houve aumento significativo de demandas de acesso à informação, de processos, de recebimento de documentos. Por fim, apresentou brevemente as ações que fazem parte do indicador em 2025: implantação de comitês de políticas penais nos estados; 4 encontros nacionais com os comitês de políticas penais; 4 reuniões com os atores do sistema de justiça; 4 reuniões com os atores nacionais do governo; elaboração de metodologia de monitoramento do Pena Justa; relatório de monitoramento.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	33,3%	48,5%	145,6%

3.17 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

Rodrigo Almeida de Carvalho, Coordenador de Apoio à Governança de TIC, falou de maneira breve sobre o Indicador nº 15, informando que se trata de um indicador sazonal. Em relação aos Indicadores nº 16 e nº 17, esclareceu que estão fora do período de medição e que o iGov está em andamento. Por fim, sobre o Indicador nº 18, explicou que houve uma alteração da expectativa para 100% e informou que a intenção é alcançar todas as soluções de alta criticidade que estão sem gestão de riscos e inseri-las.

Nº	Indicador	Expectativa abril	Realizado abril	Desempenho
15	Engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS	690	514	74,49%
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
18	Índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco	100,0%	96,0%	96,00%

4. Considerações Finais

Dr. Fábio César agradeceu a todos e reforçou a importância da RAE, encerrando o evento.